

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/05/2022 a 31/05/2022

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/11

48.2022	Sessão Comissão Geral	03/05/2022-10:52
Publ.: DCD - 04/05/2022 -	MARINA HELENA SANTOS---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate do diagnóstico, desigualdades e perspectivas do trabalho no Brasil, ao ensejo do transcurso do Dia do Trabalho.

A SRA. MARINA HELENA SANTOS - Obrigada. É um prazer estar aqui.

Antes de mais nada, eu queria parabenizar todos aqueles que trabalham duro não só pela sua dignidade como também para melhorar a vida dos outros com o fruto do seu trabalho.

Também quero parabenizar os empreendedores e empresários grandes e pequenos que geram oportunidade de renda para as pessoas, a despeito do manicômio tributário em que vivemos e das nossas regras trabalhistas ainda tão retrógradas e atrasadas.

A minha mensagem principal aqui é de esperança para 38 milhões de pessoas no Brasil que vivem na informalidade e para mais de 12 milhões de desempregados. Aqueles superam muito os 35 milhões de brasileiros com carteira assinada hoje no Brasil. É pensando nesses 50 milhões de brasileiros que assisto estarecida a propostas de revogação da reforma trabalhista.

Foi o primeiro passo que nós demos para modernizar as regras trabalhistas. Nós tínhamos uma CLT arcaica, de 1943, completamente inapropriada para o mercado de trabalho moderno. Esta é uma das causas de estarmos tão para trás. É muito triste ver isso acontecer!

Minha mensagem de esperança é que o Brasil precisa, urgentemente, copiar o que deu certo, e o que deu certo se chama liberdade econômica. Liberdade econômica são regras claras, fáceis, que

permitam que as pessoas empreendam, que haja inovação, que haja geração de renda.

Hoje, os cinco países com mais liberdade econômica têm uma taxa de desemprego, em média, de 3,6%, o que, com certeza, é de dar inveja a um país como o Brasil, que tem 11% de taxa de desemprego, 12 milhões de desempregados.

Nós não precisamos reinventar a roda. Nós podemos simplesmente copiar boas práticas. O País não cresce, desde que eu nasci. Há 4 décadas, o Brasil não cresce quase nada, e a única maneira de mudar isso é com liberdade econômica, não há outra.

Nós precisamos de regras mais simples. O que nós precisamos fazer? Primeiro, em vez de revogar, precisamos aprofundar a liberdade econômica, precisamos aprofundar a reforma trabalhista. Isso é muito importante porque, hoje em dia, existe um abismo que separa os poucos que têm carteira assinada dos 50 milhões de pessoas que estão na informalidade e no desemprego. Este degrau é muito alto. Nós precisamos diminuí-lo. Nós precisamos ter novas relações de trabalho. Isso é muito importante.

Fora isso, precisamos cuidar da nossa situação fiscal. Hoje o Brasil ocupa a 133ª posição, entre 177 países, no *ranking* de liberdade econômica. É uma posição muito triste! Essa posição explica, em grande parte, por que não crescemos.

Qual é o principal ponto? Estão falando em revogar algo que foi um primeiro avanço. Nós temos que nos aprofundar. Fora isso, precisamos cuidar das nossas contas. A posição fiscal é aquela em que o Brasil tem a pior de todas as notas no *ranking*! Por quê? Porque nós estamos condenando a nossa geração e as futuras gerações. Nós temos um manicômio tributário, uma carga tributária alta que faz com que não só seja difícil gerar renda e oportunidade, mas também que todo mundo pague caro. Nossos produtos são muito caros!

Fora isso, nós temos a pior combinação de dívida e juros. Isto está ficando para as próximas gerações. Até hoje, nós não arrumamos nossas contas; com isso, é impossível crescer. Precisamos, sim, de uma reforma tributária para melhorar esse manicômio tributário e facilitar nossas regras. Precisamos de mais liberdade. Hoje, o Estado brasileiro gasta 40% do PIB. É muita coisa! É igual a qualquer país de bem-estar social, mas com um serviço público que deixa muito a desejar. Está na hora de focar o que realmente importa e cortar os privilégios, que não faltam neste País.

Eu queria terminar com uma mensagem de esperança. Nós estamos numa Casa Legislativa, uma Casa capaz de escrever uma nova

história, e esta nova história tem que ser a aprovação de reformas e leis que finalmente permitam ao País crescer.

Muito obrigada.

Documento 2/11

49.2022

Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/05/2022-
CD 17:16

Publ.: DCD - 04/05/2022 - ROBERTO DE LUCENA-REPUBLICANOS -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Trabalho. Elevado contingente de trabalhadores desempregados no País a partir de 2018. Geração de novos postos de trabalho no Brasil em 2021. Inclusão do desemprego na agenda central da Câmara dos Deputados. Cenário de fome e insegurança alimentar reinante no País. Redução da carga tributária imposta aos contribuintes brasileiros.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (REPUBLICANOS - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero, ainda em tempo, render aqui as minhas homenagens ao Dia do Trabalho.

Neste Dia do Trabalho de 2022, quero lembrar que, no final do ano de 2018, havia mais de 12 milhões de desempregados no Brasil. Durante a pandemia, evento que afetou a economia de todo o mundo, nós chegamos a 14 milhões de desempregados. No ano de 2021, foram gerados, no Brasil, 2,7 milhões de empregos. E neste ano, no primeiro trimestre de 2022, mais 615 mil postos de trabalho.

O emprego é agenda central para esta Casa. Depois da saúde, depois da família, depois da liberdade, o emprego é o maior bem que o ser humano pode ter, porque, com dignidade, ele pode buscar o sustento para si e o sustento para a sua família.

Sr. Presidente, neste momento em que o Brasil enfrenta ainda uma severa desigualdade social - são mais de 110 milhões de brasileiros com algum nível de insegurança alimentar, são 19 milhões de brasileiros que, em todo o País, ainda passam fome, fazem no máximo uma refeição diária e uma refeição precária -, esta Casa precisa voltar as suas atenções para iniciativas que possam ajudar a economia a se recolocar, a se reorganizar, para que possa continuar gerando postos de trabalho, gerando empregos, porque esse é o melhor, é o mais eficiente e o mais justo programa social que nós podemos oferecer,

proporcionar para o cidadão de bem, para a população brasileira.

Portanto, registro aqui a minha homenagem, no Dia do Trabalho, aos trabalhadores do Brasil, aos empregados e àqueles que geram o emprego, àqueles que produzem a riqueza nacional, àqueles que geram oportunidades, que empreendem no nosso País e que precisam do estímulo desta Casa, do reconhecimento.

Eu peço, Sr. Presidente, 30 segundos para concluir a minha linha de raciocínio. Nós precisamos olhar frontalmente para essa pesada carga tributária que está sobre os ombros do trabalhador brasileiro, sobre os ombros daquele que empreende, que trabalha 4 meses do ano para pagar os seus impostos. Precisamos discutir medidas que possam ajudar a economia, possam oferecer aos segmentos que mais facilmente geram empregos, como construção civil, agricultura, agronegócio e setor de serviços, condições para alavancarem a economia e gerarem empregos.

Obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

Documento 3/11

53.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 05/05/2022-
	CD	11:24
Publ.: DCD - 06/05/2022 - GENERAL PTERNELLI-UNIÃO -SP		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Importância da Emenda Substitutiva nº 20, de 2019, a respeito da criação do imposto único nacional sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. GENERAL PTERNELLI (UNIÃO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero aproveitar esta oportunidade para dizer que foram abordados os recursos para o piso salarial dos enfermeiros. Eu gostaria de lembrar a proposta da Emenda Substitutiva nº 20, que é o imposto digital.

O imposto digital arrecada uma proporção adequada. E é importante comentar que, com esse imposto digital, que acaba com os demais impostos - são mais de 12 impostos que podem ser extintos -, logo em

seguida, esse dinheiro, quando o banco recolhe, já é distribuído dentro de um pacto federativo, fazendo com que a União receba 30%; o Estado, 30%; e o Município, 30%. Isso aumentaria muito a arrecadação dos Estados e dobraria a arrecadação dos Municípios, solucionando esse problema dos enfermeiros.

Outro aspecto importante que nós teríamos nesse foco é o seguinte: 10% são para as políticas regionais, ou seja, nós daríamos um valor financeiro muito grande para combater desigualdades.

Obrigado.

Documento 4/11

59.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/05/2022- CD 15:52	
Publ.: DCD - 12/05/2022 - NEY LEPREVOST-UNIÃO -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Reassunção do mandato parlamentar pelo orador, após o exercício do cargo de Secretário de Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná. Fatores determinantes da transformação do Estado no maior celeiro de empregos do País. Convite ao empresariado brasileiro para realização de investimentos no Paraná. Elevação das espirais inflacionárias. Endividamento das famílias brasileiras. Conveniência de pedido aos presidentiáveis, pela Casa, de apresentação de propostas de combate à inflação, de redução das taxas de juros e de reforma tributária. Convite aos Parlamentares para visita aos encantos naturais paranaenses.

O SR. NEY LEPREVOST (UNIÃO - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, diz o grande escritor Tolstói que quem canta a sua própria aldeia torna-se universal.

Vim para esta Casa Legislativa representar o meu Estado, o Estado que amo, o Estado do Paraná. Fui eleito Deputado Federal, mas, logo no início do mandato, após apresentar os principais projetos de lei com os quais eu havia me comprometido ao longo da campanha eleitoral, eu me licenciei, a convite do Governador do Paraná, Ratinho Júnior, um jovem político que está no seu primeiro mandato de Governador, para exercer a função de Secretário de Justiça, Família e Trabalho do Estado.

E, com muita satisfação, no final do mês de março, entregamos a Secretaria de Trabalho do Paraná com o nosso Estado em primeiro

lugar no Brasil na geração de empregos através do Sistema Nacional de Emprego - SINE. Fizemos isso em parceria com as 216 agências do trabalhador do nosso Estado e com 183 postos avançados de empregabilidade que criamos nos Municípios do Paraná.

Muitas pessoas me perguntam hoje: "*Por que o Paraná é o novo celeiro de empregos do Brasil?*" É bom que se conte isso aqui na Câmara Federal, para que as empresas de todo o País fiquem sabendo que o trabalhador paranaense é um trabalhador altamente qualificado, é um trabalhador que tem tradição de muita ética e honestidade profissional. Talvez seja por isso que cada vez mais indústrias e empreendimentos dos mais variados setores empresariais estejam optando por instalar-se no Estado do Paraná.

No mês de março, fechamos o primeiro trimestre do ano com mais de 50 mil trabalhadores colocados no mercado de trabalho no Paraná, através das nossas agências do trabalhador.

O Ministério do Trabalho e Previdência reconheceu que o Paraná, em 2022, foi o Estado que mais empregou através do SINE. E, ao longo da nossa gestão, colocamos mais de 300 mil trabalhadores nas empresas do Paraná.

Isso se deve, como eu disse, ao fato de o trabalhador paranaense ter excelente qualificação profissional, ter tradição de ética no exercício do seu trabalho, mas se deve, também, Sr. Presidente, a um clima de paz política que o Governador do Estado conseguiu criar entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e também com o Ministério Público, e se deve, principalmente, à parceria com representantes dos setores empresariais e de sindicatos de trabalhadores.

No Estado do Paraná, o Vice-Governador Darci Piana é o Presidente Estadual da FECOMÉRCIO - Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná. Com isso, nós soubemos aproveitar muito bem a oportunidade de dialogar, de forma construtiva e solidária, com as empresas. Os empresários do Paraná, ao longo da pandemia, tiveram um comportamento exemplar, demonstrando muita responsabilidade social, fazendo esforços hercúleos para não demitir trabalhadores. E, portanto, o Paraná hoje se torna o maior celeiro de empregos do Brasil.

Aproveito a grande audiência desta tribuna - inclusive peço que as mídias sociais da Casa e o programa *A Voz do Brasil* repercutam este pronunciamento - para dizer que nós queremos convidar as empresas de todo o País para irem investir no Paraná. Os empresários são parceiros no Paraná. E nós queremos gerar empregos, porque o emprego é o melhor de todos os programas sociais. É o emprego que dá ao trabalhador dignidade para que ele possa sustentar a sua família

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para a votação do texto original da Medida Provisória nº 1.095, de 2021, sobre a revogação de dispositivos de tributação especial das Contribuições PIS/Pasep, Cofins, PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação. Realização da reforma tributária.

O SR. GENERAL PETERNELLI (UNIÃO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós estamos vendo, aqui na Câmara, várias discussões sobre o valor do combustível. Todos nós sabemos que o combustível tem uma alta carga tributária. Hoje estamos novamente discutindo uma isenção tributária. Daqui a pouco, nós vamos discutir um REFIS.

Eu volto a dizer da importância de nós pensarmos numa reforma tributária sobre a movimentação financeira, o que acabaria com todos esses problemas. Não haveria isenção tributária. Não haveria REFIS. Quem está ganhando poderia pagar mais. Quem não está produzindo não pagaria. Dessa forma, nós faríamos uma equação natural.

O UNIÃO orienta "não".

Documento 6/11

68.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 24/05/2022- CD	17:08
Publ.: DCD - 25/05/2022 - JOSÉ NELTO-PP -GO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Importância de assunção, pelo Congresso Nacional, do protagonismo na luta pela redução dos preços de combustíveis, de alimentos e de energia elétrica. Não votação, pelo Senado Federal, da proposta de reforma tributária aprovada pela Câmara dos Deputados. Recrudescimento da inflação e das desigualdades sociais brasileiras. Retrocesso da vinculação dos preços de combustíveis ao PPI - Preço de Paridade Internacional. Defesa de desvinculação do óleo diesel do PPI. Defesa de votação do Projeto de Lei Complementar nº 18, de 2022, sobre a alteração da Lei nº 5.172, de 1966, e da Lei Complementar nº 87, de 1996, com vista à inclusão de combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, entre os bens e serviços essenciais. Revisão da distribuição de renda no Brasil. Resgate do papel social da PETROBRAS.

O SR. JOSÉ NELTO (PP - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, imprensa do nosso País, o assunto que nós tratamos ontem, na semana passada, nesta semana é combustíveis, energia elétrica, comida para o povo brasileiro, e este Congresso tem que assumir o protagonismo, a responsabilidade de defender o povo brasileiro. A reforma tributária, por que lutamos e que aprovamos aqui neste Parlamento, o Senado da República não colocou em votação. Então, hoje, se a reforma tributária, que iria melhorar muito o Brasil, fosse votada pelo Senado, o debate seria outro nesta Casa.

Lamentamos que o Senado da República não tenha apreciado esta matéria, não a tenha levado ao debate e, se necessário, também feito mudanças. A reforma do Código Tributário, que foi votada, voltaria para a Câmara.

Vivemos o pior momento deste século e do século passado, que é a pandemia. A desigualdade social está estampada por todos os lados. Há inflação galopante, os preços estão subindo. Há falta de leite, inclusive nos Estados Unidos.

Também temos que votar algumas mudanças de interesse do nosso País. Não dá mais para aceitar aumentos abusivos nos preços da energia elétrica, sendo que a inflação chega a 10%, 11%, e as empresas de energia elétrica, as concessionárias - porque elas têm uma concessão do poder público -, querem aumento acima da inflação. É claro que isso vai provocar mais inflação no nosso País.

Há aumento do preço dos combustíveis e alta carga tributária no nosso País, principalmente nos Estados, tanto para os combustíveis quanto para os transportes, e também aumento na área de energia e telecomunicações. Mas um ponto que mexe com o povo brasileiro é a alta do petróleo, a alta do óleo *diesel*.

Eu tinha conversado com os Srs. Parlamentares. Desta tribuna, nós denunciemos que o estabelecimento do preço dos combustíveis pela PPI é um retrocesso. O povo brasileiro ganha em real, não ganha em dólar. E o Governo deveria mandar para esta Casa projeto criando um colchão de proteção dos preços da PETROBRAS. Quando houvesse aumento do dólar, esse colchão poderia segurar o aumento do preço tanto do óleo *diesel* quanto da gasolina e do etanol.

Agora, a minha grande preocupação, Sr. Presidente, é o preço do óleo *diesel*. Esse é um absurdo. Os caminhoneiros já estão paralisando os trabalhos, o preço do frete está aumentando exageradamente, assim como o da comida - do arroz, do feijão. Enfim, esta Casa deveria

pressionar o Ministro da Economia e a PETROBRAS para tirarem o óleo *diesel* da PPI, o aumento do óleo *diesel* deveria ser em real. Isso iria diminuir a pressão que nós temos hoje sobre os alimentos e a pressão da inflação no nosso País.

Nós temos o compromisso de defender o povo brasileiro neste Parlamento e achar alternativas. O Presidente Arthur Lira apresenta alternativas.

Há outro PLP do Deputado Domingos Neto, que também tem que ser colocado em votação, para que nem o preço da energia, nem o preço dos combustíveis, nem o preço de produtos necessários possam subir acima da inflação. Seria importante também que esse PLP pudesse ser discutido amplamente no Parlamento, discutido com a sociedade, discutido com o Governo e colocado em votação, porque a nossa proteção tem que ser dura neste momento, até na chamada distribuição de renda.

Não dá para continuar essa desigualdade social. Quem é que tem que pagar a conta? Os bilionários do nosso País, os banqueiros do nosso País, os mais ricos do País. Alguém pergunta: "*Mas você tem algo contra ricos?*" Pelo contrário! Com a pandemia, a cada 30 horas, tantas pessoas no planeta ficam mais ricas, e gente mais pobre não tem dinheiro para pagar o aluguel, a cesta básica. Então, chegou a hora da distribuição de renda. Ela é desigual no nosso País. É a pior distribuição de renda. E nós temos que ter coragem para mudar essa situação e dar dignidade ao pai de família, à dona de casa, para que não falte alimento, medicamento, e que a família possa ter dignidade para morar com seus filhos, dar alimentação para os seus filhos.

Então, Sr. Presidente, registro o nosso apoio a todas as medidas deste Parlamento. Mas é necessário que a PETROBRAS também não seja uma empresa hoje de agiotagem internacional, enriquecendo os agiotas brasileiros na jogatina e também internacionais.

Peço que a minha fala conste no programa *A Voz do Brasil*. Muito obrigado.

Documento 7/11

70.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/05/2022- CD 18:32
Publ.: DCD - 26/05/2022 - MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 211, de 2021, sobre o estabelecimento de limites de tributação de bens essenciais, especialmente de energia elétrica, petróleo, telecomunicações e gás natural. Defesa de quebra do monopólio estatal de petróleo e privatização da PETROBRAS.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, caros colegas Deputados, antes de iniciar este discurso, esta fala em defesa do projeto que reduz carga tributária, quero repetir aqui as falas do Deputado Tiago Mitraud, nos requerimentos anteriormente apresentados, no sentido de que este é apenas um projeto que deveria estar num contexto muito mais amplo de reforma tributária e que visa, de forma até mesmo imediatista e curto "prazista", resolver algo que poderia há muito tempo já ter sido solucionado se houvesse uma verdadeira discussão de reforma tributária que chegasse até o fim neste Parlamento. Mas infelizmente o que nós vemos é proposta após proposta de reforma tributária ser discutida e, quando chega à votação, uma Casa aprova, a outra segura ou vice-versa. É muito ruim vivermos nesse ambiente e não termos uma reforma tributária de verdade.

Mas defendo este projeto de lei complementar que está sendo apresentado, porque é urgente que as causas dos altos preços dos combustíveis sejam combatidas. E uma delas é o alto nível de impostos cobrado sobre o litro da gasolina, o litro do *diesel*, a telefonia e os serviços essenciais, como energia.

Isso é importantíssimo, porque há muita gente que diz que é a política de preços da PETROBRAS o problema, e não é. Os dois principais problemas não vêm sendo atacados por este Parlamento. Um deles são os altos impostos. E não é apenas o imposto estadual, temos a CIDE, que é a contribuição que vai para os cofres da União. Além disso, há o problema da falta de concorrência no setor, em virtude do monopólio da PETROBRAS, que até hoje é estatal, um atraso para o nosso País. Esses dois fatores impactam muito. Nós precisamos, portanto, trabalhar para que haja uma redução de custo o quanto antes, que combata esses dois fatores. Um deles será parcialmente combatido aqui com a redução para 17%.

Quero também elogiar o Relator Elmar Nascimento, que está acabando, no seu relatório, com a bitributação. Hoje se cobra ICMS inclusive sobre os encargos - é ICMS sobre ICMS! É um absurdo o que hoje as companhias de energia elétrica cobram, em virtude de uma legislação atrasada e arcaica, o que esse relatório visa corrigir.

Portanto, Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, entendendo as posições contrárias em virtude daquilo que já disse no início, deveríamos estar debatendo uma ampla reforma tributária, devido à

necessidade premente da redução dos preços dos combustíveis.

Defendo esse projeto e defendo também a privatização e a quebra do monopólio da PETROBRAS.

Documento 8/11

70.2022

Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/05/2022-
CD 19:24

Publ.: DCD - 26/05/2022 - DANILO FORTE-UNIÃO -CE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 211, de 2021, sobre o estabelecimento de limites de tributação de bens essenciais, especialmente de energia elétrica, petróleo, telecomunicações e gás natural.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, além do objetivo principal de minimizar o sofrimento de milhões e milhões de brasileiros, no combate à volta da carestia, da inflação, que perturbam o orçamento familiar, principalmente das pessoas mais pobres deste País, nós estamos conseguindo avançar também em outras discussões. Eu fico muito feliz. Muitos têm falado de uma reforma mais ampla, de uma reforma tributária. Todos nós queremos uma reforma tributária. Desde a Constituinte de 1988 que se fala em reforma tributária neste País. Ninguém conseguiu fazer.

Eu acredito que muito dificilmente se fará uma até o final desta legislatura. Mas sempre apoiei essa perspectiva.

Também se discute a formação de preços da PETROBRAS. Foi a este plenário, por um requerimento meu, aprovado por esta Casa, que nós trouxemos o então Presidente da PETROBRAS, o General Luna, sob a Presidência do Deputado Arthur Lira, fizemos todos os questionamentos e vimos a fragilidade e a dificuldade de se dar transparência à formação de preços da PETROBRAS.

Mas uma coisa é uma coisa, e outra coisa é outra coisa. Não podemos misturar alhos com bugalhos para inviabilizar o que é mais importante. O mais importante hoje é darmos uma resposta para a sociedade brasileira, que não aguenta tanta carestia, tanta inflação e ver corroído a cada mês o seu salário e o seu poder de compra. Essa é a resposta que podemos dar hoje. Os outros segmentos nós vamos discutir no momento adequado a cada situação. O que se propõe com este PLP é

exatamente dar essa resposta.

Agora, muito me preocupa a contradição daqueles que se dizem contra, que pedem a postergação, que não querem o efeito imediato, porque sabem que reduz, sim, o preço na bomba de gasolina, sabem que reduz, sim, o preço na conta de energia, sabem que a população vai ficar mais satisfeita, que vai aumentar o seu poder de compra e sabem que os Municípios e os Estados não perderão. Por quê? Porque o dinheiro continua no Município, o dinheiro continua no Estado. O dinheiro que é de Itapajé continua em Itapajé. Só que, em vez de pagar a mais na bomba de gasolina, a família vai ter condições de ir ao supermercado e fazer uma feira melhor, vai ter condições de fazer um tratamento de saúde, vai ter condições de comprar um remédio. Isso é fato.

A nós só cabe a responsabilidade de devolver a dignidade ao povo brasileiro. Nós temos uma oportunidade ímpar na história desta legislatura, a de votarmos algo que realmente beneficia de imediato a população.

Não venham com essa história de que vai ser retirado dinheiro da educação e da saúde, porque o FUNDEB foi aumentado em 25% no final do ano passado e a saúde nunca teve tanto dinheiro. Às vezes se quer destinar emenda ao Município, e já não cabe nem sequer no orçamento, porque estourou o teto.

É exatamente por isso que nós temos que cuidar do que estamos discutindo agora. Qualquer outra postergação, aí sim, é uma política politqueira, uma política que maltrata o povo, que inclusive estabelece um regime de mais fome e de mais miséria no Brasil, quando poderíamos mudar isso com este projeto.

Eu acho que a relatoria do Deputado Elmar Nascimento contemplou a todos com a transição. Temos plena condição de votar...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 9/11

70.2022

Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/05/2022-
CD 19:36

Publ.: DCD - 26/05/2022 - REGINALDO LOPES-PT -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 211, de 2021, sobre o estabelecimento de limites de tributação de bens essenciais, especialmente de energia elétrica, petróleo, telecomunicações e gás natural.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Primeiro, Sr. Presidente, quero dizer que, do ponto de vista da doutrina tributária, e como economista, eu sou radicalmente contra tributação indireta.

Nós precisamos de uma ampla e profunda reforma tributária. Precisamos de uma reforma tributária que tenha a coragem de tributar os super-ricos deste País, Presidenta Gleisi Hoffmann.

O mundo tributa duas bases tributárias: renda e patrimônio.

Os 34 países mais ricos do mundo, a OCDE, têm 80% de arrecadação dessas duas bases tributárias. O Brasil tem as duas piores bases tributárias: a folha de pagamento de quem gera emprego, de quem emprega pessoas, a nossa gente, e não máquinas, e um imposto sobre consumo. O imposto sobre consumo no Brasil rouba do trabalhador que ganha 1.212 reais 50%, 606 reais, Deputado Bira. É um roubo, é um crime! Lugar nenhum do mundo tributa como o Brasil.

Nós temos aqui moral e coragem, porque apresentamos, na crise da pandemia, uma proposta de reforma tributária sustentável, justa, que poderia reequilibrar a falência do pacto federativo brasileiro. Porque os subnacionais têm déficit, e nós temos que ter preocupação com isso, porque somos uma república federativa.

É evidente que o projeto de considerar bens essenciais o transporte público, Deputado Bacelar - porque 70 milhões de brasileiros ganham um salário mínimo e, às vezes, pegam de dois a três transportes -, e a energia, é acertado. Considerar as telecomunicações, num país digital, do século XXI, também é correto, assim como considerar bens essenciais os derivados de combustíveis, porque é uma cadeia longa - 85% de tudo o que chega à mesa do povo brasileiro é transportado pelas rodovias, e se utilizam os derivados de combustíveis. O que está errado é que esta Casa não tem coragem de enfrentar o problema, esta Casa não quer mudar a política de preços da PETROBRAS, da qual o Governo Bolsonaro é o controlador majoritário.

O Governo Bolsonaro terceiriza. Bolsonaro mente, virou refém das próprias mentiras e quer, através deste projeto, tirar a responsabilidade do seu Governo sobre o descontrole da política macroeconômica. A inflação está corroendo os salários dos trabalhadores. Este é o primeiro Presidente que vai entregar um salário mínimo menor que o de quando

ele entrou. O povo não tem comida na geladeira, não compra botijão de gás.

Mas a nossa bancada vai votar "sim", porque consideramos que esses bens são essenciais.

Documento 10/11

71.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 26/05/2022-09:48
Publ.: DCD 27/05/2022 -	- DAVID SOARES-UNIÃO -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Congratulações aos Deputados pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 18, de 2022, sobre a inclusão de combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo no rol de bens e serviços essenciais. Defesa de abertura, pelo Governo brasileiro, de negociações com países vizinhos a respeito da questão energética. Realização da reforma tributária.

O SR. DAVID SOARES (UNIÃO - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem, nós fizemos algo importante para o nosso País, criamos essa trava do ICMS. É o primeiro passo para colocar decência na questão tributária no nosso País.

Ora, o Governo está se esforçando. Eu reconheço que o Governo tem feito esforços para desburocratizar a economia, mas erra em procedimentos muitas vezes com os vizinhos, que poderiam estar nos ajudando nessa questão energética, independentemente da questão ideológica. Isso tem de ser colocado de lado. Como o Presidente disse, ele negociaria com todos, faria comércio com todos, quando foi eleito. Eu o aplaudi por isso, e espero que cumpra isso.

O Brasil precisa se aproximar dos seus vizinhos. Podemos ter o alívio energético de que precisamos e, finalmente, dar ao nosso País a possibilidade de caminhar.

Parabéns aos Deputados, a todos que votaram a favor da matéria.

Ainda há mais para ser feito, em que sentido? Não adianta os Governadores reclamarem, porque já arrecadaram demais.

A partir do momento em que você restringe a atividade econômica, o pouco que você arrecada impede que sua base seja alargada. Então, a partir do momento em que o dinheiro volta para o bolso do contribuinte, ele pode investir e o comércio vai se desenvolver.

Então, que se comece essa obra e que se continue a favor de uma reforma tributária mais justa.

Peço, Sr. Presidente, que encaminhe para divulgação no programa *A Voz do Brasil* o meu discurso.

Obrigado.

Documento 11/11

73.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 31/05/2022-16:00
Publ.: DCD 01/06/2022 -	- ALEXIS FONTEYNE-NOVO -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância de realização da reforma administrativa para a redução do Custo Brasil e da carga tributária imposta aos contribuintes brasileiros. Reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, muitos me perguntam se a reforma tributária vai diminuir a carga tributária no Brasil, e a resposta é "não". A reforma que tem capacidade de diminuir a carga tributária do brasileiro é a reforma administrativa, porque a carga tributária brasileira é do tamanho do Estado e acarretará mais um déficit se todos os tributos não conseguirem pagar tudo aquilo de que o Governo precisa. Portanto, a única forma de diminuirmos a carga tributária, o peso sobre o cidadão, é fazendo uma reforma administrativa.

Nós temos hoje o inchaço da máquina pública, com privilégios e supersalários. Há estabilidades que são incompreensíveis, bônus, férias de 60 dias, aumento por tempo de serviço, licença-prêmio, incorporação de salários, falta de critério de desempenho, com a impossibilidade de desligamento de alguém por falta de desempenho. Tudo isso custa muito para o brasileiro, que tem que pagar essa conta, que tem que carregar nas costas esse Estado, o qual sustenta muitas

vezes os privilegiados.

A reforma administrativa é fundamental para diminuir a carga tributária e diminuir o Custo Brasil. Quando o Custo Brasil é muito alto, as pessoas não conseguem pagar, não conseguem comprar, e, portanto, as empresas não conseguem vender. Daí não temos investimentos, não temos geração de emprego e renda. Vejam como voltamos a um ciclo vicioso muito nocivo. Por isso, a reforma administrativa ajuda muito no social, na geração de emprego e renda, na eliminação das desigualdades sociais motivadas pela não geração de riqueza.

A reforma tributária também é fundamental por termos um péssimo sistema tributário. Mas mostro aqui a importância da reforma administrativa, trazendo a eficiência e a eficácia à administração do Estado, à administração pública, tão importante para a sociedade com um Estado que entregue muito mais custando muito menos.

Sr. Presidente, peço que minhas palavras possam ser publicadas no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.
